

Declaração Política | INE revela que um terço dos Açorianos vive em risco de pobreza | António Lima

O Instituto Nacional de Estatística publicou a 30 de Novembro deste ano um estudo sobre o risco de pobreza no nosso país.

Neste estudo podemos constatar que, a nível nacional e desde 2015, se inverteu o crescimento da taxa de risco de pobreza.

Apesar dos avanços alcançados, que não devemos menosprezar, o estudo aponta que cerca de 2,2 milhões de portugueses e portuguesas se encontram em risco de pobreza ou exclusão social.

Estamos a falar de 1/5 da população portuguesa que se encontra numa situação limite das suas vidas. Mesmo os ganhos acumulados nos últimos anos podem ser revertidos se as políticas que estão na origem destes ganhos não tiverem continuidade.

É indubitável, como salientam diversos académicos da área da sociologia, que concorreram de forma determinante para os ganhos no combate à pobreza os sucessivos aumentos do salário mínimo nacional, assim como a nova postura do governo na República sobre políticas e apoios sociais, como o abono de família, as pensões, entre outras.

Esta alteração de políticas de recuperação de direitos e salários só foram possíveis porque o governo do Partido Socialista na República teve o condicionamento à esquerda na Assembleia da República.

Não nos podemos esquecer que em 2015 o Partido Socialista se apresentou a eleições com a proposta de redução dos apoios sociais e pensões em 600 milhões de euros em quatro anos.

Não nos podemos esquecer que a este corte somava aos cortes perpetrados pelo governo de má memória de Passos Coelho e do PSD e CDS.

Mesmo o aumento do salário mínimo não era apresentado pelo PS com calendário

I Grupo Parlamentar I

e montantes. Todos nos lembramos das contrapartidas com as quais o PS estava disponível para agraciar os patrões através da diminuição da Taxa Social Única.

Através de propostas concretas o Bloco de Esquerda, que não deixa de saudar estes ganhos, está consciente que se podia ter ido mais longe.

Mas este estudo do INE, pela primeira vez, divulga estimativas regionais de risco de pobreza. Saudamos este avanço.

No que diz respeito aos Açores este estudo, vem infelizmente confirmar as análises que estudiosos da área veem assumindo.

As taxas de risco de pobreza na nossa Região são as maiores do país. A taxa de risco de pobreza nos Açores atinge 31,5% dos açorianos e açorianas, enquanto a média nacional se cifra em 17,3%. Cerca de 75.000 açorianos estão em risco de pobreza ou de exclusão social. É esta a triste realidade com que nos deparamos.

Infelizmente este estudo não apresenta uma caracterização mais fina que nos permita um análise mais profunda. Esperemos que este processo iniciado pelo INE tenha continuidade e aprofundamento.

Os números apontados pelo INE e a sua disparidade em relação à média nacional são um sinal de grande preocupação.

Como sempre denunciámos nesta Assembleia o mote no sector privado quanto a salários é o ordenado mínimo ou menos. A precariedade é um fantasma em crescimento.

As políticas públicas desenvolvidas pelo governo regional são um mau exemplo no combate à pobreza e um incentivo ao sector privado para continuar com as suas más práticas.

A atestá-lo estão o abuso dos programas ocupacionais, a lógica de compressão salarial que preside ao novo modelo de financiamento do sector social, o uso e abuso de precários em organismos públicos, como mostra a título de exemplo a RIAC, na Rede Valorizar ou os cerca de 500 professores precários.



I Grupo Parlamentar I

Se estes exemplos demonstram o dia a dia, também no futuro não se vislumbram projectos que alterem o paradigma da nossa economia.

A decisão do governo de concessionar - leia-se privatizar o porto da Praia da Vitória - insere-se nesta linha do trabalho barato e na externalização dos proveitos da atividade deste porto.

Na mesma linha se insere o micro projeto científico que se prepara para o Faial.

O combate à pobreza que devia ser um combate premente e imediato, não é prioridade do governo, apesar do plano de combate apresentado, que sendo um sinal positivo, não está por si só à altura da gigantesca crise social que estes números do INE denunciam.

Neste combate inserem-se inúmeras propostas que o Bloco de Esquerda tem apresentado nesta casa e que na sua esmagadora maioria têm o chumbo do Partido Socialista.

Mais uma vez, e neste plenário apresentaremos uma proposta que visa combater a precariedade que, como todos sabemos, é uma das causas dos baixos salários e da pobreza. Refiro-me ao diploma apresentado pelo Bloco de Esquerda que exige que empresas apoiadas por dinheiros públicos tenham nos seus quadros, no mínimo 75% de trabalhadores sem termo, podendo ser esse valor reduzido para 50% no caso das micro-empresas.

Este é um pequeno passo, mas um passo na direção certa no combate a este grande flagelo, por isso desafiamos o PS a dar esse passo connosco.

O combate às desigualdades, o combate à pobreza, assim o exigem!